

## Apresentação dos artigos deste livro: as contribuições de especialistas e pesquisadores

CRISTINA SOREANU PECEQUILO ■ LEONARDO COSTA

Em 2023, a Universidade de São Paulo (USP) convidou Álvaro Vasconcelos para ser o titular da Cátedra José Bonifácio (CJB). O catedrático estabeleceu como tema da 11ª edição da CJB explorar os desafios sociais, políticos, econômicos e culturais existentes para a cooperação entre a Europa e a América Latina. Cooperação que considera fundamental à construção de um novo multilateralismo inclusivo, com um rosto humano. Multilateralismo que deve ser capaz de, como afirmou no discurso inaugural, enfrentar os desafios sociais, da democracia e dos direitos humanos, do crescimento, da desigualdade de renda, do meio ambiente e da paz que afetam a humanidade no presente. Multilateralismo que represente uma ruptura de um contexto mundial que é, também em suas palavras do discurso inaugural, de polarização regional. A sua ideia era a de conseguir refletir, a partir desta 11ª edição da CJB, sobre um conjunto de prioridades e recomendações para a referida cooperação.

O tema é familiar ao percurso profissional do catedrático. Entre 2007 e 2012, Vasconcelos foi diretor do European Union Institute for Security Studies (EUISS), sediado em Paris, França. Antes, entre 1980 e 2007, foi cofundador e diretor do Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais (IEEI), sediado em Lisboa, Portugal. Dentre as iniciativas lançadas pelo IEEI, coordenadas por Vasconcelos, salienta-se a criação do Fórum Euro-Latino-Americano, cujo intuito foi, desde o início, o de desenvolver uma perspectiva comum para a ordem internacional pós-Guerra Fria, entre a União Europeia e o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Desde 1992 até a primeira década do século XXI, o Fórum Euro-Latino-Americano pro-

moveu uma intensa atividade de debate, investigação e publicações. O catedrático desenvolveu, no contexto do fórum, em colaboração com outros analistas europeus e latino-americanos, os conceitos de integração aberta, de novo multilateralismo e de multirregionalismo, que estão no centro das suas reflexões sobre a União Europeia e suas relações com o Mercosul. Mais tarde, no EUISS, prolongou essa reflexão, desenvolvendo os conceitos de novo multilateralismo inclusivo e de multilateralização da multipolaridade, conceitos orientadores da sua atividade nesta 11ª edição da CJB.

Este livro, portanto, reflete esses temas e objetivos, que igualmente foram objeto das quatro sessões de encontro com os pesquisadores da CJB e de dois dos seminários promovidos ao longo do período. As contribuições do livro, tanto da parte dos especialistas quanto dos pesquisadores, resultaram das propostas apresentadas pelo catedrático, sendo que todos os artigos, da primeira e da segunda parte, foram redigidos no primeiro semestre de 2024.

O grupo de pesquisa da 11ª edição da CJB foi formado em dezembro de 2023 por 54 pesquisadores selecionados, o que demonstra a vitalidade do projeto e a adesão dos pesquisadores ao tema proposto pelo catedrático. Convidados a apresentar as suas reflexões e a fazer propostas de artigos para o livro, os pesquisadores mostraram um elevado entusiasmo. O processo de seleção dos artigos dos pesquisadores teve três etapas e não foi fácil, tendo em conta a grande relevância das contribuições. Na primeira etapa, 41 pesquisadores enviaram um resumo ampliado das suas propostas e obtiveram uma primeira avaliação dos organizadores. Na segunda etapa, foram recebidas e avaliadas pelos organizadores 33 propostas de artigos dos pesquisadores. Na terceira e última etapa, foram recebidas 22 propostas e selecionadas dez pelos organizadores e pelo catedrático para serem incluídas no livro. Nesse processo foi muito importante a colaboração da professora Marina Gusmão de Mendonça, pela partilha que fez da sua experiência como organizadora do livro da 10ª edição da CJB ao lado de Fernando Belasco, e não só.

O livro da 11ª edição da CJB, como é tradição, divide-se em duas partes. A primeira parte, intitulada “A Agenda da Convergência: Para Além das Fraturas Globais”, começa com um artigo introdutório e integrador,

que define o tom da obra, escrito pelo catedrático Álvaro Vasconcelos. É seguido pelas contribuições dos especialistas convidados pelo catedrático, em torno de dois eixos: “As Relações Europa-América Latina num Mundo Pós-hegemônico” e “Europa e América Latina: Humanidade Comum e Patriotismo Terrestre”. Por sua vez, a segunda parte, “Ampliando a Agenda da Convergência”, é composta de contribuições dos pesquisadores e se estrutura em quatro eixos: “Democracia”; “Direitos Humanos e Cultura”; “Mudança Climática”; e “Guerra e Segurança”.

Na primeira parte, no artigo introdutório, “O Multilateralismo Inclusivo e Humanista: Um Projeto Euro-latino-americano”, Álvaro Vasconcelos propõe um novo multilateralismo inclusivo e humanista, como alternativa às crescentes e perigosas fraturas mundiais e nacionais, fraturas que impedem respostas adequadas aos desafios que se colocam no presente à humanidade comum. A cooperação entre União Europeia e América Latina é um pilar essencial de suporte a esse novo multilateralismo humanista, como demonstram as contribuições deste livro. A convergência necessária para que a globalização humana regule a globalização tecnoeconômica e financeira deve ir além de acordos de livre comércio, incluindo questões como as da paz mundial, da reforma das instituições de governança mundial, da garantia de um clima estável para a humanidade, da garantia dos direitos humanos, da estabilização democrática e da pluralidade cultural.

Em relação a esta última, o catedrático considera que as fraturas culturais herdadas da colonização, que alguns autores apontam como divisoras das duas regiões mundiais, estão presentes no seio de cada uma delas. Reconhecer esse fato, em um quadro de cooperação estreita, ajudaria à afirmação dos princípios da humanidade comum. Mas, se é verdade que os populismos etnocêntricos da extrema-direita europeia e latino-americana colocam desafios importantes à cooperação entre os Estados da União Europeia e os da América Latina, também é verdade que a ligação entre as duas regiões ultrapassa, e muito, a cooperação entre Estados. Tal cooperação se traduz em uma cooperação entre sociedades civis na sociedade civil mundial, essencial para construir um mundo melhor.

Segue-se o primeiro eixo, “As Relações Europa-América Latina num Mundo Pós-hegemônico”, que é composto de sete artigos, de Arancha

González Laya, João Cravinho, Cristina Soreanu Pecequilo, Feliciano de Sá Guimarães e Daniel Buarque, Bertrand Badie, Félix Peña e Leonardo Costa e Paulo Osório.

Arancha González Laya, no artigo “América Latina y Unión Europea: Socios Imprescindibles”, destaca a importância da relação entre América Latina e União Europeia num mundo de crescente rivalidade entre os Estados Unidos e a China. Ambas as regiões mundiais procuram um espaço próprio no contexto da polarização mundial e têm muito a ganhar, na conquista desse espaço, com uma cooperação estreita. Por exemplo, a América Latina, com os seus 1 300 milhões de habitantes, oferece à União Europeia oportunidades de diversificação econômica, de investimento com baixo risco geopolítico, de capital humano e de avanços na transformação digital. Por seu lado, a União Europeia pode ajudar a proteger interesses comerciais e investimentos da América Latina. Mas a cooperação entre América Latina e União Europeia não se esgota no aumento da resiliência econômica das duas regiões. É também essencial à cooperação internacional e ao enfrentamento dos desafios climáticos, democráticos e sociais do mundo em que vivemos.

João Cravinho, em “Multilateralismo: Crónica de Degradação e Transformação”, argumenta que o mundo assiste, no século XXI, a uma erosão de uma ordem internacional sustentada no multilateralismo e inspirada pelos Estados Unidos. Alguns fatores para isso são a sua falta de inclusão e o baixo investimento realizado, em particular pelos estadunidenses. Membros do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) permitem a guerra em outros países e territórios e bloqueiam as decisões desse órgão. A própria Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) é colocada em xeque. Nas últimas três décadas, a desregulamentação do uso da força afastou o mundo dos princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional. Os entendimentos (formais e informais) desenvolvidos durante a Guerra Fria para o controle de armamentos não envolviam a China. Hoje, a situação é de escassez de mecanismos para esse controle, aos quais se somam tecnologias disruptivas que transformam o pensar e as guerras. Neste século, a promoção dos direitos humanos pelas Nações Unidas tem recuos. Já a gestão da crise climática registou avanços

importantes na cooperação multilateral (mesmo que insuficientes), apesar da degradação da ordem internacional e do conservadorismo crescente dos Estados Unidos. A Organização Mundial do Comércio (OMC) já teve melhores dias. A arquitetura financeira e a responsabilidade fiscal internacional precisam de ser repensadas (e estão a sê-lo), no sentido de contribuírem para os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas. A União Europeia, que se consolidou no cenário internacional como uma expressão geograficamente contida do multilateralismo, também tem desacelerado e, com isso, comprometido as suas possibilidades de cooperação com outras regiões do mundo, como a América Latina. Para o autor, o multilateralismo é necessário, mas enfrenta, no presente, desafios importantes, até porque há quem conteste a sua legitimidade e eficácia. Para sobreviver, requer abordagens inovadoras e um compromisso renovado.

Cristina Soreanu Pecequilo, no artigo “A Triangulação Estratégica na América Latina: Estados Unidos, China e União Europeia”, considera que o século XXI tem-se caracterizado por crises multidimensionais, causadas por inflexões de modelos econômico-sociais, polarizações políticas e disputas estratégicas. Tradicionalmente mais influenciada pelos Estados Unidos e pela Europa, uma América Latina, no presente, fragmentada depara-se com uma nova realidade devido à presença geopolítica e geoeconômica da China. O artigo analisa a situação da América Latina no quadro das triangulações estratégicas da região entre os Estados Unidos, a China e a União Europeia, no período 1989-2024, e de que forma a reconfiguração do poder global em curso a afeta. O período de análise é subdividido em três: o da Era Neoliberal do pós-Guerra Fria (1899-1999), o da Onda Rosa (2000-2010) e o das polarizações e crises (2011-2024). O primeiro subperíodo foi dominado pela influência dos Estados Unidos e pelas reformas neoliberais. O segundo subperíodo foi marcado pelo avanço de governos progressistas de esquerda e centro-esquerda, pela preocupação de reverter a agenda neoliberal e recuperar o papel do Estado na economia e na sociedade, pelas parcerias comerciais com a China e pela agenda Sul-Sul. O terceiro subperíodo tem sido caracterizado por recuos e disputas políticas, internas e externas, no quadro de um cenário internacional polari-

zado entre os Estados Unidos e a China. Nos três predomina um padrão de subordinação da América Latina nas relações bilaterais – birregionais – e multilaterais desenvolvidas. O segundo subperíodo foi, todavia, aquele em que a cooperação intrarregional mais avançou. Em todo o período de análise, a União Europeia manteve uma posição secundária, reproduzindo iniciativas prévias, sem avanços estratégicos.

Feliciano de Sá Guimarães e Daniel Buarque, em “Brasil entre o Ocidente e o Sul Global: Ambiguidade Estratégica e Grandes Potências”, discutem a pertença do Brasil, em termos de imaginário, ao Ocidente (por vezes designado de Norte Global) e ao Sul Global. Os autores defendem que, sendo verdade que uma parcela importante dos brasileiros e da elite política se identifica com o Ocidente, também é verdade que outra parcela se identifica com o Sul Global. O fato alimenta, segundo os autores, uma ambiguidade estratégica do país na cena internacional, que é vista pelas grandes potências (do Ocidente e do Sul Global) mais como falta de uma definição clara sobre o que o Brasil quer ser na ordem internacional do que como um posicionamento estratégico firme do país nessa mesma ordem.

Bertrand Badie, no artigo “Le système international, le Sud Global et l’Europe : la bataille de sens”, começa por indicar que o conceito de Sul Global surgiu em 1969, devido ao ensaísta e militante estadunidense Carl Oglesby (1935-2011), convencido de que o poder dos Estados Unidos no mundo estava sendo questionado por novas forças e atores. A Europa também foi apanhada de surpresa por essa emergência do Sul Global, que contrapôs à verticalidade das relações internacionais, persistente nos espíritos ocidentais, uma horizontalidade que tem as suas ambiguidades. Do ponto de vista do Sul, o conceito, subjetivo e militante, sustenta-se em uma memória de dominações, humilhações e ressentimentos e também no desejo de ganhar um papel relevante no sistema internacional. Para o autor, a diplomacia russa soube aproveitar, oportunisticamente, o conceito mais tarde inventado por economistas da Goldman Sachs de economias emergentes ou Brics (sigla que unia o Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul) para se inserir no Sul Global, obter benefícios diplomáticos e evitar o seu isolamento. Já as diplomacias ocidentais não

demonstraram ter a mesma flexibilidade. Presas a uma identidade ocidental superestimada, que advém do seu passado colonial e da Guerra Fria, elas possuem a tendência de responder à novidade revivendo práticas antigas, tentando consolidar os ganhos de um passado que já não existe, em vez de procurar se adaptar a um novo mundo. Na União Europeia, os Estados-membro, pressionados por suas próprias divisões, oscilam entre a incompreensão e a incapacidade de engajar este novo mundo, ausente de seu tabuleiro estratégico.

Félix Peña, em “Las Estrategias de Inserción Comercial Internacional de Países Latinoamericanos”, aborda a crescente tensão entre ordem e desordem internacional e destaca três planos essenciais à inserção externa dos países da América Latina: (i) o redesenho das regras da OMC, em particular, para os países em desenvolvimento; (ii) a existência de estratégias nacionais de inserção global desses países; e (iii) a cooperação econômica regional, de que o Mercosul é um exemplo. Segundo o autor, o mundo está a enfrentar os desafios de uma nova etapa do comércio internacional, impulsionada pelo crescimento populacional e pela conectividade global e mudanças tecnológicas. A relação entre o Mercosul e a União Europeia transcende o aspecto econômico e comercial, com questões políticas e estratégicas. O debate sobre o caminho a seguir nessa relação deve ser pluralista, multidimensional e prático, considerando as ações necessárias e possíveis. O autor aborda em seguida a experiência de integração regional dos países latino-americanos nas últimas seis décadas. A discrepância entre resultados concretos e objetivos formais foi grande, o que gerou ceticismo em relação à ideia de integração regional na América Latina. A integração regional visa, em geral, promover a paz, a estabilidade política e uma melhor conexão entre os mercados nacionais e os sistemas produtivos dos países participantes. Para tornar sustentáveis esses processos, é necessário ter estratégias nacionais, equilibrar flexibilidade e previsibilidade, adaptar objetivos, envolver a sociedade civil e garantir eficácia nos mecanismos de controle e solução de conflitos. Isso se aplica ao impulsionar a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), sendo que a participação de Cuba num acordo regional integral latino-americano é, segundo o autor, uma prioridade para a América Latina.

Leonardo Costa e Paulo Osório, no artigo “A Agricultura Europeia e o Acordo entre Mercado Comum do Sul e União Europeia: Os Desafios”, analisam os protestos recentes dos agricultores europeus e o impasse comercial agrícola a que parece estar votado o acordo entre Mercosul e União Europeia de 2019. Os protestos são variados e têm pouco a ver com o referido acordo. Justificam-se mais pela guerra na Ucrânia, a inflação, a posição frágil dos agricultores nas cadeias de valor em que operam, os pagamentos da Política Agrícola Comum (PAC) Pós-2020 e a gestão de todos esses fatores pelas instituições europeias, que, em conjunto, se traduzem na redução das margens de operação e rendimentos dos agricultores europeus. Na União Europeia, há subsetores agrícolas que ganham com o acordo, como o de leite, e outros que perdem, como o de carne bovina. Todavia, os problemas agrícolas existentes na região com o acordo seriam facilmente resolvidos em seu quadro e dos pagamentos da PAC. Isso não significa, segundo os autores, que o acordo não possa ser melhorado, em particular no sentido de proteger melhor o meio ambiente e a pequena agricultura na União Europeia e na América Latina. Sobre a PAC, que surge em 1962 como a primeira das políticas europeias, o texto fornece uma análise histórica da evolução dessa política e dos respectivos pagamentos, desde as suas origens até ao presente.

Depois, o segundo eixo, “A Europa e a América Latina: Humanidade Comum e Patriotismo Terrestre”, apresenta seis artigos, de Renato Janine Ribeiro, Gonçalo Marcelo, Raffaele Marchetti, Paulo Magalhães, Maria Fernanda Espinosa Garcés e Augusto Lopez-Claros.

Renato Janine Ribeiro, no artigo “A Democracia perante o Desafio Populista e Iliberal (e Sua Contestação) na Europa e na América Latina”, inicia seu argumento afirmando que o populismo se define por apelar diretamente ao povo, sem mediações institucionais. E que, no Brasil, políticos como João Goulart (1919-1976), de esquerda, e Adhemar de Barros (1901-1969), de direita, foram associados ao populismo. O termo populismo é pejorativo e, hoje em dia, usado como eufemismo para designar a extrema-direita. Não existe termo equivalente para designar o elitismo neoliberal. Enquanto o populismo é denunciado, o referido elitismo passa muitas vezes como aceitável. O populismo da extrema-direita pode ser



entendido como uma atualização do “demótico”, um poder que tem o povo como público, mas não como protagonista.

Segundo o autor do artigo, a democracia liberal tem os seus méritos, e o seu surgimento associa-se ao do capitalismo, mas o projeto democrático tem de ir além das limitações que lhe são impostas pelo modo de produção do capitalismo (que, entre outros, convive mal com salários elevados). Mas as escolhas políticas do mundo em que vivemos tendem a valorizar mais questões de bem-estar do que imperativos éticos e, assim, assiste-se a uma dinâmica de realinhamentos políticos e ideológicos cuja consequência tem sido o recuo do liberalismo e da social-democracia. É a crise financeira global de 2008, com epicentro nos Estados Unidos, que está na base do ressurgimento da extrema-direita no mundo. Avanços democráticos de décadas estão sendo colocados em risco com os retrocessos políticos a que assistimos em várias partes do mundo. Uma economia em queda exclui muitos dos anteriormente incluídos e cria um barril de pólvora, onde velhos e novos excluídos seguem quem se disponha a mudar as regras do jogo. Líderes autoritários emergem, milícias e apelos às armas espalham-se, o ódio ao “outro” ressurge. O individualismo e a religião neopentecostal têm desempenhado papéis importantes nessa dinâmica. A lavagem cerebral que impede o diálogo é um dos motivos do sucesso pelo qual esses líderes políticos ameaçam a democracia. O autor conclui afirmando que um consenso sobre fatos e valores básicos é essencial para a saúde da democracia. Enfrentar o extremismo convida a retomar o diálogo sem soberba, a investir em políticas públicas de inclusão e a transformar o combate à exclusão em ação política ética. Convida a lutar pelo imaginário e pelas emoções das pessoas. Convida, por fim, a uma educação para a cooperação.

Gonçalo Marcelo, em “Desafios à Democracia Liberal na Europa”, promove uma reflexão sobre os desafios à democracia liberal na União Europeia, na óptica da filosofia social e política e explorando a relação entre democracia, liberdade, direitos humanos, participação política e os desafios colocados por neoliberalismo, extrema-direita, tecnocracia e epistocracia. A democracia liberal é para o autor uma criação histórica contingente e frágil que, na sua relação com os direitos humanos, se

constituiu numa base normativa e inspiradora de movimentos sociais na União Europeia. No rescaldo da última onda de democratização mundial, a democracia está no presente sob a ameaça da tecnocracia neoliberal e da ascensão da extrema-direita. Em um quadro de polarização política, as democracias têm de prestar atenção à qualidade da informação e à aquisição do conhecimento. É verdade que uma maior participação política é um indício de qualidade e vitalidade democrática. Todavia, em certos contextos, a diminuição da abstenção reforça tendências antidemocráticas, paradoxo que urge enfrentar. O autor conclui que não queremos sociedades apáticas nem hiperconflituosas (nas quais o desacordo político é substituído pelo desrespeito pela diferença). Pelo contrário, queremos sociedades em que o desacordo político seja produtivo e a participação da sociedade civil seja um fator de progresso que minimize as falhas da política institucional.

Raffaele Marchetti, no artigo “Global Civil Society”, estabelece uma fronteira entre espaços, do que é governo (ou emanção de governos) e o que não é, como a sociedade civil, organizações sociais, o mercado e a família. A sociedade civil abrange assim variadas organizações não governamentais, incluindo grupos comunitários, grupos indígenas, movimentos sociais, a mídia, grupos de interesse, organizações religiosas, acadêmicas, ambientais, grupos de reflexão, associações com os mais diversos fins, fundações e outros grupos. Nas últimas décadas, assistiu-se no mundo a um enfraquecimento dos governos e, em simultâneo, a um ganhar de relevância no sistema global dessas organizações da sociedade civil mundial. Elas têm sido cada vez mais ouvidas e chamadas a participar, pelo poder político, nas mais diversas decisões. Algumas dessas organizações da sociedade civil ganharam mesmo uma projeção global. Todavia, existe um desequilíbrio: as organizações da sociedade civil mundial com maior ativismo político e influência na cena mundial provêm mais do Norte Global do que do Sul Global. De fato, não se pode descartar a maior vitalidade relativa da sociedade civil na primeira região. Mas isso, diz o autor, está a mudar. O fortalecimento da sociedade civil do Sul Global e a partilha do palco mundial dessa sociedade civil com a sociedade civil do Norte Global poderá levar à constituição de verdadeiras organizações transnacionais da

sociedade civil mundial, que combinem os recursos do Norte Global com a sensibilidade do Sul Global.

Paulo Magalhães, em “O Sistema Climático e o Momento Cosmopolita da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (Rio-92)”, aponta o reconhecimento da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro (RJ), em 1992, como a maior e mais cosmopolita conferência ecológica da história. Conhecida como Rio-92 ou Eco-92, deu origem a três convenções-quadro: Alterações Climáticas, Desertificação e Biodiversidade. O autor debruça-se sobre a primeira dessas convenções, discutindo, de um ponto de vista jurídico, o sistema climático que a Eco-92 definiu como sendo “o conjunto da atmosfera, hidrosfera, biosfera e litosfera e suas interações” e cujo território é o do planeta como um todo. A atmosfera, como “envelope de gases” que rodeia a Terra, é dinâmica e flutuante, com gases que se movem constantemente, sem ter em conta as fronteiras territoriais dos Estados, constitui um aspecto funcional que se distingue dos referidos territórios. A distinção permite, juridicamente, estabelecer o clima estável do Holoceno como um bem que é de toda a humanidade.

A tragédia das alterações climáticas resulta, assim, da degradação desse bem não territorial (ou cujo território é o planeta), bem que tem um carácter intangível, indivisível e não apropriável por cada um dos Estados, mas depreciável. Juridicamente, o clima estável está conceptualmente definido, mas por concretizar. É *res nullius*. Magalhães acresce que a tentativa de controlar os fluxos de emissões (e no limite conseguir a neutralidade carbônica) não é suficiente para o assegurar, pois não garante um mínimo de estoque do clima estável (ou um máximo do estoque nocivo que é o CO<sub>2</sub> acumulado na atmosfera). É necessária uma abordagem que leve em conta os fluxos, os efeitos acumulativos ao longo da história e as responsabilidades diferenciadas. Estando o mundo à beira do colapso climático, a Europa, que é dos continentes que mais sofre com as alterações climáticas e com maiores responsabilidades históricas, deveria liderar pelo exemplo. O Acordo Mercosul-União Europeia poderia ensaiar os alicerces de um acordo global para impulsionar uma economia regenerativa, uma econo-

mia capaz de iniciar o processo de restauro do sistema climático e/ou do estoque do clima estável.

Maria Fernanda Espinosa Garcés, no artigo “From Vulnerability to Resilience: Fostering a Unified Approach to Climate Action in Latin America and the Caribbean”, aborda os problemas graves que a região da América Latina e do Caribe, uma das mais vulneráveis aos impactos das alterações climáticas, enfrenta com o aumento da poluição, as alterações climáticas e a perda de biodiversidade, problemas agravados por sua desigualdade de rendimentos extrema e pela pobreza. A região assumiu um compromisso com a neutralidade carbônica em 2050. Todavia, enfrenta diversos obstáculos para atingir essa meta, que incluem objetivos de desenvolvimento que competem entre si, a desconexão existente entre as políticas estabelecidas e a sua implementação, a incerteza climática, o déficit crônico de financiamento das iniciativas climáticas e a recessão democrática. A autora defende a necessidade urgente de uma visão unificada da problemática pelos países e uma resposta abrangente e coordenada deles que garanta o financiamento adequado de iniciativas climáticas críticas, promova parcerias entre regiões e a partilha de recursos, fortaleça o papel das cidades na mitigação das alterações climáticas, aborde as lacunas de implementação das políticas ambientais nos diferentes níveis governamentais e integre perspectivas de gênero, de forma a dar mais poder às mulheres, enquanto partes interessadas e elementos-chave na ação climática.

Augusto Lopez-Claros, em “Creative Financing for a Greener Future”, aborda aspectos práticos do financiamento do investimento necessário à transição energética, para uma economia mais à base de energias renováveis e para um futuro sustentável, assim como questões inerentes à governança do sistema de cooperação mundial, num mundo que já ultrapassou vários dos seus limites biofísicos e tarda em mudar sua arquitetura de governança. O autor discute diversos incentivos, em particular impostos sobre o carbono, uma taxa Tobin sobre as transações financeiras e o uso dos Direitos Especiais de Saque do Fundo Monetário Internacional (FMI), mostrando que todos podem ser extremamente eficazes. Os impostos sobre o carbono são pouco populares. Aspectos de economia política, redistributivos e de transparência, precisam ser levados em

conta na sua aplicação. Destaca que a província de British Columbia, no Canadá, constitui um bom exemplo de uma implementação com sucesso. A mencionada taxa Tobin sobre transações financeiras não só ajudaria a controlar fluxos especulativos de capitais como não precisaria de ser muito elevada, tendo em conta o crescimento que se deu da economia financeira mundial nas últimas décadas. Já os Direitos Especiais de Saque constituem uma forma de o FMI emprestar liquidez à economia mundial. Debaixo da figura do “fundo de resiliência e sustentabilidade”, vários países desenvolvidos assumiram compromissos para afetar parte dos seus Direitos Especiais de Saque a países em desenvolvimento, com objetivos que incluem a adaptação e a mitigação climática. Por fim, o autor refere-se à arquitetura do sistema de cooperação internacional presente, afirmando que foi desenhada no final da Segunda Guerra Mundial e está na base da Carta das Nações Unidas, da criação do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral e, ao longo das décadas seguintes, do desenvolvimento de uma série de instituições multilaterais de apoio, como o Banco Mundial e o FMI. De muitas formas esse sistema de cooperação internacional foi bem-sucedido. Todavia, o mundo mudou e o sistema precisa de ser revisitado e reinventado, também para melhor servir o propósito de financiar o investimento referido.

Na segunda parte do livro, “Ampliando a Agenda de Convergência”, são apresentados artigos selecionados escritos pelos pesquisadores da 11ª edição da CJB. Agrupados em quatro eixos, “Democracia”, “Direitos Humanos e Cultura”, “Mudança Climática” e “Guerra e Segurança”, esses artigos abordam temas de alta relevância para as interações entre América Latina e União Europeia, desvendando sua natureza e potencialidades.

Abrindo o primeiro eixo, “Democracia”, o artigo “A Promoção da Democracia na Cooperação Multilateral: Uma Análise Comparativa entre Estratégias da Organização dos Estados Americanos e da União Europeia”, de Antonio Cavalcante, apresenta ao leitor um estudo sobre dois organismos multilaterais de diferentes origens e naturezas. Enquanto a Organização dos Estados Americanos (OEA) emerge sob a sombra da hegemonia estadunidense na Guerra Fria e busca sua atualização após a Queda do Muro de Berlim até o atual século XXI, com um foco nos temas da governança e

da estabilidade regional, a União Europeia surge em um contexto pós-bipolaridade, com agendas abrangentes na política, sociedade e economia, indicando um caminho que pode trazer aprendizados a sua contraparte latino-americana.

Também no campo de aprendizados e desafios contemporâneos, em sua contribuição “Judiciário e Democracia na Nova Ordem Mundial: Neoconstitucionalismo e Judicialização da Política em Meio à Ascensão Antidemocrática”, Gabriel Beré Motta analisa um dos fenômenos mais complexos do sistema internacional contemporâneo: a ascensão da extrema-direita na política com seu perfil antidemocrático, no âmbito do chamado neoconstitucionalismo. O autor mapeia algumas das principais forças desse movimento na Europa e no Brasil e a importância de que esse fenômeno seja mais bem compreendido em um cenário de crise social e econômica. Lembra ao leitor que o combate às consequências desse fenômeno de radicalização e desconstrução democrática não nos exige de compreender as suas causas.

Ainda no eixo da democracia, as considerações de João Furio Novaes, em “A Erosão do Comum: Polarização, Novas Ferramentas da Escrita e Regulamentação das Plataformas Digitais na Europa e na América Latina”, destacam o crescente poder das plataformas digitais no debate político. O autor avalia como esse poder afeta o debate político e como a ressignificação de conteúdos e formas de escrita e divulgação de conteúdos carece de maior regulamentação e análise crítica. Por todo o mundo, a reprodução de novas práticas de comunicação afetadas, e produzidas, pela tecnologia detém impactos sobre a sociabilidade e os regimes democráticos.

Chegando ao segundo eixo, os artigos dos pesquisadores enfocam temas essenciais aos regimes democráticos: os direitos humanos e a cultura. Abrindo essa agenda de pesquisa, Eduardo Aleixo Monteiro, em “O Retorno de Bens Culturais à América Latina: A Curadoria como Dramaturgia e os Museus Universais”, aborda um tema que se mostra cada dia mais presente nas relações entre países do Sul e do Norte: a apropriação cultural de bens culturais em contextos históricos prévios de dominação colonial. A questão da repatriação de bens culturais é abordada por meio de estudos de caso específicos, assim como da legislação vigente. O papel do Brasil

no processo, as dualidades de seu comportamento e as visões europeias sobre o tema trazem elementos provocativos para o estabelecimento de cooperação na área e a superação de antigas práticas.

Na sequência, abordam-se algumas das questões mais sensíveis atualmente nos direitos humanos: as populações deslocadas. O artigo “Novo Pacto sobre Migração, Regulamentos de Dublin e de Schengen e Asilo na União Europeia: Percepções Europeias e Latino-americanas em um Mundo Pós-hegemônico e Policêntrico”, de Karl-Albert Diniz-de-Souza, por meio de uma análise comparativa das políticas de migração e asilo da União Europeia e da América Latina, propõe uma reflexão sobre os regulamentos de Dublin e Schengen no âmbito europeu, contrastando os diferentes tratamentos aplicados a cidadãos de diversas origens, particularmente o tratamento aplicado às populações ucranianas. Esse tratamento traz desafios não só para a cooperação com a América Latina como com todo o Sul Global; ademais, evidencia a discussão sobre o tratamento humanitário dado a refugiados.

Luar Sateré-Mawé, em “Evolução Histórica dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Considerando a Interação entre Europa e América Latina em um Contexto de Polarização Mundial”, analisa os aspectos jurídicos e institucionais do tema que dá título ao seu artigo. Ao apresentar essa trajetória dos direitos humanos dos povos indígenas em um estudo de fôlego, permite ao leitor vislumbrar as dificuldades inerentes a essa agenda normativa, com uma perspectiva social e cultural. Para a América Latina e a Europa, é preciso compreender o passado e o presente dos direitos humanos, mas, principalmente, projetar o futuro com base em um novo paradigma, em um mundo cada vez mais marcado pelas polarizações.

Polarizações estas que afetam o respeito e a empatia por povos e populações e, igualmente, o mundo em que vivemos. Com isso, o terceiro eixo de artigos traz à luz um dos tópicos mais sensíveis do debate social e econômico das relações internacionais e da política doméstica contemporânea dos Estados e blocos: a mudança climática. Posicionadas ao Norte Global e ao Sul Global, as sociedades do Brasil, em particular, e da América Latina e da União Europeia, em geral, encontram-se confrontadas pelos riscos do negacionismo e do economicismo.

Nesse âmbito, o artigo de Camila Oliveira Santana, “A Cooperação Brasil-União Europeia em Políticas de Enfrentamento às Mudanças Climáticas: Histórico e Perspectivas”, trata dos caminhos comuns que podem ser encontrados dos dois lados do Atlântico para o reforço da cooperação ambiental. A troca de experiências mútuas entre o Brasil e a União Europeia, ao lado da sociedade civil, pode abrir novas possibilidades no campo.

Da troca de experiências à dimensão concreta das políticas públicas, o texto “Mudanças Climáticas: O Que a Ciência Tem a Nos Dizer e o Que as Políticas Públicas Estão Dispostas a Colocar em Prática – Estudo de Caso entre América Latina e Europa”, de Janaina da Silva Fortirer, indica como América Latina e Europa podem convergir no desafio das mudanças climáticas. A importância da ciência para os desafios ambientais é um dos focos das reflexões da autora do artigo.

Do meio ambiente, chega-se ao eixo sobre guerra e segurança. Antes de se pensar em utopias, os textos nos lembram que é necessário confrontar a mais tradicional forma de relações entre os Estados: o conflito. Nesse campo, os pesquisadores André Viola e Tareq Yacoub Helou, em seu artigo “A North-South Divide? Comparing European and Latin American Responses to the Conflicts in Ukraine and the Middle East within the United Nations”, refletem sobre os olhares e as respostas da União Europeia e da América Latina quando confrontadas com diferentes focos de tensão mundial. Questionando e refletindo sobre potenciais cisões Norte-Sul, os autores nos apontam as realidades da Ucrânia e do Oriente Médio por meio das perspectivas desses interlocutores políticos e das dificuldades de se encontrar respostas comuns.

Também pensando em respostas e desafios comuns, Andrés Fernando De la Vega Grunauer aborda, em “Deterioro de la Seguridad Multidimensional en América Latina: Desafíos Compartidos y Cooperación Necesaria con Europa”, a difícil situação securitária latino-americana. Ao examinar os processos de deterioração do que define como segurança multidimensional na região, o artigo indica a importância da cooperação e do aprendizado birregional sobre o tema. Pensar conjuntamente a segurança para América Latina e União Europeia é uma necessidade, pois, independentemente de limites territoriais e interesses nacionais, a na-



tureza cada vez mais complexa das ameaças demanda uma nova resposta de todos os interlocutores.

Com essa riqueza e diversidade de ideias, conclui-se o corpo do texto do livro como um esforço colaborativo de pensamento em direção a romper barreiras, na realidade e na subjetividade, entre América Latina e Europa. E, para terminar, os anexos enriquecem ainda mais esse esforço colaborativo, trazendo um artigo anteriormente publicado de Celso Furtado, dois artigos inéditos, um de Edgar Morin e outro de Hélio Jaguaribe, e a entrevista que Álvaro Vasconcelos concedeu ao professor Pedro Dallari, coordenador do Centro Ibero-americano (Ciba).

Os artigos de Edgar Morin, Celso Furtado e Hélio Jaguaribe antecipam o tema da 11<sup>a</sup> edição da CJB e revelam-se ainda muito atuais. Morin explora os etnonacionalismos europeus e a forma de lidar com eles. Furtado aborda o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como duas faces do mesmo processo histórico que deu origem ao mundo contemporâneo. Jaguaribe apresenta uma alternativa à ordem mundial do pós-Guerra Fria, considerando que a hegemonia estadunidense seria fortemente contestada e daria origem à atual polarização; a alternativa para o autor seria a da *Pax Universalis* de Immanuel Kant.

A qualidade dos artigos do livro, dos especialistas e dos pesquisadores e a pertinência dos temas abordados fazem justiça ao compromisso da CJB com a excelência acadêmica e a ligação a temas atuais e com interesse para a Ibero-América.